
LEI 10.639/03 EM ESCOLAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE: Elementos que facilitam e que dificultam sua implantação

Maria Lúcia Rodrigues Müller

A partir de dados coletados na pesquisa nacional *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03*¹, o artigo pretende apresentar os dados obtidos em escolas do estado de Mato Grosso, que faz parte da região centro-oeste, procurando discutir as ações e as diferentes percepções dos atores envolvidos, professores e gestores, na implementação de práticas pedagógicas que favoreçam a implementação do artigo 26-A da LDB (modificado pela lei 10.639/03). Apesar de a escolar ser um espaço complexo e multifacetado, as ações dessas equipes, têm um peso importante na articulação, ou na negação, de práticas pedagógicas antirracistas, que visem à educação das relações étnico-raciais. O artigo relaciona o trabalho planejado e coordenado por professores e gestores com os resultados dos grupos de discussão realizados com alunos dessas escolas.

O artigo apresenta parte dos dados obtidos na pesquisa do Centro-Oeste que integra a pesquisa Nacional **Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/03**, realizada em 2009, que buscou mapear e analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas públicas e pelas redes de ensino de acordo com a Lei 10.639/03, a fim de subsidiar e induzir políticas e práticas em nível nacional em consonância com o Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/03. Especificamente apresentamos os dados encontrados nas escolas pesquisadas no estado de Mato Grosso.

A Coordenação Regional Centro Oeste ficou responsável pelas escolas dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiânia e Distrito Federal. Com uma área de 1.606.371,505 km² esta região é a segunda região em extensão do País, ocupando 22,8% da faixa territorial brasileira. No entanto, é a segunda região em menor densidade demográfica – o que corresponde a 5 habitantes por quilometro quadrado – diferindo nos estados de Goiás, que possui densidade de 6 habitantes por quilometro quadrado e no Distrito Federal, que possui 200 habitantes por quilometro quadrado.

¹ Pesquisa nacional coordenada pela Profa. Dra. Nilma Lino Gomes e financiada pela SECAD/MEC.

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases: a primeira consistiu em consulta telefônica às trinta escolas da região Centro Oeste, selecionadas pela Coordenação Nacional. Procurou-se verificar em que medida essas escolas realizavam atividades pedagógicas na perspectiva da Lei 10.639/03 que contemplassem a educação para as relações étnico-raciais. A segunda fase consistiu em pesquisa in loco às escolas selecionadas durante um período mínimo de cinco dias. Nesta segunda fase as pesquisadoras permaneceram nessas escolas observando o dia a dia escolar; entrevistando a equipe gestora e docentes, conversando com funcionários e alunos. No final da observação foram realizados grupos de discussão com alunos selecionados, parte deles indicados pela equipe gestora e a outra parte escolhidos pelas pesquisadoras. Como os dados obtidos foram extensos, neste artigo apresentamos somente os resultados obtidos nas três escolas pesquisadas em Mato Grosso. A pesquisa da região centro-oeste, assim como nas demais regiões do país teve duas fases. A primeira através de entrevista telefônica

1ª FASE DA PESQUISA – ENTREVISTA TELEFÔNICA

Dentre as perguntas enviadas pela Coordenação Nacional elegemos 07 como as mais importantes para selecionarmos as escolas:

Quais modalidades de ensino que esta escola oferece?

Esta escola foi selecionada para participar desta pesquisa, a partir da indicação (INSERIR ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE FEZ A INDICAÇÃO) por realizar atividades pedagógicas na perspectiva da Lei 10.639/03 e que contemplam a educação para as relações étnico-raciais. Na sua opinião, por que esta escola foi escolhida entre tantas outras?

Esta escola incorpora no Projeto Político Pedagógico as questões referentes a Lei 10639/03 e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais?

Em quais modalidades, dentre as que esta escola oferece, a temática das relações étnico-raciais estão inseridas?

Qual é o percentual de professores desta escola que participam (ou participaram) de Cursos de Formação Continuada na perspectiva da Lei e das Diretrizes?

As atividades realizadas por esta escola na perspectiva da Lei e das Diretrizes são desenvolvidas ao longo do ano letivo ou em algum período específico do ano?

Esta escola planeja, desenvolve ou realiza atividades na perspectiva da Lei e das Diretrizes em parceria (ou contato) com movimentos sociais, grupos culturais, NEABS ou a comunidade do entorno?

As atividades desenvolvidas nesta escola, são planejadas e executadas por um coletivo de professores ou por um(a) professor(a) apenas?

Contudo, quando passamos para a segunda fase da pesquisa foi possível constatar que nem sempre diretores e/ou coordenadores retrataram a realidade de suas escolas no que se refere às questões indagadas na pesquisa telefônica. Nesta situação encontra-se uma das escolas selecionadas em Mato Grosso: a EE Padre João Panarotto, escola pública estadual, situada na capital do Estado, Cuiabá.

Ademais, posteriormente descobrimos que havia desencontro entre o que o/a informante repassava ao telefone e a realidade da escola. Por exemplo, a informante da EE Candido Mariano da Silva Rondon, também situada em Cuiabá/MT, e uma das trinta escolas selecionadas pela Coordenação nacional, não deu informações suficientes sobre as atividades desenvolvidas na escola. Ela nos informou que ali só uma professora trabalhava com os temas da lei, assim mesmo em épocas festivas. Sendo assim, a referida escola não foi selecionada. Mais tarde soubemos que ali existe um pequeno grupo de professores que sim, trabalham práticas pedagógicas, nas suas disciplinas, na perspectiva da lei 10.639/03. Não podemos afirmar quem tinha razão, se a coordenadora ou o grupo de professores. No entanto, a incongruência nas informações demonstra que é possível que exista um número maior de escolas na região Centro Oeste realizando práticas pedagógicas na perspectiva da lei e que não foram detectadas, talvez porque seus gestores não tenham sabido prestar informações sobre a realidade de suas escolas.

As informações *a posteriori*, tenham sido obtidas por verificação *in loco*, ou tenham sido obtidas através de informações de professores, nos levam a ponderar que é necessário um prazo maior para o desenvolvimento deste tipo de pesquisa, devido à complexidade que encerra o trabalho pedagógico sobre a temática, e talvez deva-se considerar a utilização de mais outras fontes. Não obstante, temos presente que foi feito o melhor possível com as condições de recursos e tempo que tivemos. Nessas condições seria inexecutável, do ponto de vista financeiro e do tempo a ser despendido, acrescentar outros recursos metodológicos.

SEGUNDA FASE DA PESQUISA

Na segunda fase da pesquisa, conforme orientação da Coordenação Nacional, entre outras questões indagamos a cor/raça dos integrantes da equipe pedagógica, gestores e professores.

Coincidência ou não, as escolas onde há mais atividades relacionadas à implementação da lei 10.639/03 são escolas onde a direção e/ou a coordenação pedagógica são exercidas por profissionais que se autodeclararam negros. No que se refere aos alunos, não indagamos sua autoclassificação, a classificação de cor/raça que aparece na descrição dos grupos de discussão foi realizada pelas pesquisadoras no momento de escolha dos alunos e no início do grupo de discussão. A seguir apresentamos algumas informações sobre as características do Estado onde se desenvolveu a pesquisa e parte dos dados obtidos em cada escola.

MATO GROSSO/MT

IDH: 0,733

População: 2.854.642 hab.

Área: 903.357,908 km²

Mato Grosso ocupa uma área de 903.357,908 km² do território brasileiro localizando-se a oeste da região centro oeste. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007 o estado possuía 2.854.642 habitantes, sendo o décimo - nono Estado mais populoso do Brasil concentrando 1,47% da população brasileira. Em Mato Grosso o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população em 2000, era de 0.773.

População por cor ou raça - Censo 2000 – Região Centro-Oeste

MATO GROSSO			
Cor/ raça	sexo	%	N
Amarela	Feminino	0,2	4.983
	Masculino	0,2	5.001
Amarela Total		0,4	9.984
Branca	Feminino	22,0	551.885
	Masculino	22,1	553.077
Branca Total		44,1	1.104.962
Ignorado	Feminino	0,4	9.475
	Masculino	0,4	9.721
Ignorado Total		0,8	19.196
Indígena	Feminino	0,6	14.165
	Masculino	0,6	15.031
Indígena Total		1,2	29.196
Parda	Feminino	22,9	574.918
	Masculino	25,0	625.684
Parda Total		47,9	1.200.602

Preta	Feminino	2,5	62.269
	Masculino	3,2	79.037
Preta Total		5,6	141.305
Total Global		100,0	2.505.245

Fonte: Censo 2000 - IBGE

A Síntese dos Indicadores Sociais² de 2008 mostra que a taxa de analfabetismo no estado de Mato Grosso das pessoas de 15 ou mais anos de idade é de 9,6%. Estando o analfabetismo mais concentrado entre aqueles de cor preta 15,3% e parda 11,3%. O percentual de brancos é de 5,5%.

Em todo o Estado, existem 3.697 escolas (públicas e particulares) do Pré-escolar, Ensino Fundamental e Ensino Médio, nas quais estão mais de 700 mil alunos. Quanto ao Ensino Superior, existem em Mato Grosso 58 instituições universitárias, entre públicas (5), e privadas (53). O número de matrículas do ensino fundamental e médio foi de 668.658 em 2008.

Número de Escolas do Estado

Escolas - Ensino fundamental - 2008 – 2.146

Escolas - Ensino médio - 2008 - 541

Escolas - Ensino pré-escolar - 2008 – 1.016

No estado de Mato Grosso três escolas foram selecionadas para participar da pesquisa, sendo uma na capital, Cuiabá, e as outras duas nos municípios de Nossa Senhora do Livramento e município de Colider. Vale assinalar que a escola Rosa Domingas, situada no município de Nossa Senhora do Livramento, se encontra numa comunidade remanescente de Quilombo, o denominado Quilombo de Mata-Cavalo.

Em Cuiabá foi selecionada a Escola Estadual Padre João Panarotto. A diretora da mostrou-se extremamente receptiva à pesquisa no primeiro contato, via telefone, respondendo positivamente às várias perguntas do questionário da primeira fase da pesquisa. Tal foi o entusiasmo que manifestou e tantas foram as respostas afirmativas que esta escola subiu de posição no ranking dos outros 29 estabelecimentos que estávamos investigando através de pesquisa telefônica. Como se verá a seguir os dados apresentados por telefone não se concretizaram quando da pesquisa empírica, de observação in loco, da realização de entrevistas e da realização do grupo de discussão.

² Síntese de Indicadores Sociais – IBGE, 2008.

A Escola Estadual Padre João Panarotto possui um projeto desenvolvido no ano de 2008 por um pequeno grupo de professores intitulado “Trabalhando a Diversidade de Forma Interdisciplinar” mais conhecido como projeto “Maculelê” em virtude de os professores finalizarem a apresentação do projeto com a dança Maculelê.

De acordo com relatos de professores e gestores esse projeto foi elaborado para atender os objetivos da Formação continuada/Sala do Professor, onde os docentes se reúnem semanalmente para discutir temas do processo pedagógico. No projeto mencionado mais acima os docentes visavam promover uma discussão sobre os estereótipos presentes em suas salas de aula e indicar caminhos para a leitura, seleção e movimentação do acervo de afro-literatura e leitura em sala através da leitura do livro *Cabelo Ruim* da autora Neusa Santos. As atividades desenvolvidas através da leitura do livro seriam abordadas nas disciplinas de língua portuguesa, matemática, educação artística e língua espanhola. No entanto, o projeto Maculelê não obteve suficiente ressonância na Escola, capaz de mudar comportamentos de professores e alunos. Os insultos racistas, travestidos de “brincadeiras”, persistiam segundo relatos de alunos.

GRUPO DE DISCUSSÃO

Conduzimos o grupo de discussão com os alunos como uma conversa informal, gravada e filmada, a fim de verificar o trabalho da escola frente a implementação da Lei 10.639/03. Em síntese participaram do grupo oito alunos, sendo que um não entregou o termo de consentimento.

Iniciamos a conversa perguntando sobre o projeto Maculelê desenvolvido na escola e sobre as atividades na perspectiva da Lei que os professores disseram ter realizado. Alguns alunos disseram não se recordar de ter estudado ou discutido alguns temas que os professores mencionaram em suas entrevistas. Apenas um falou sobre a atividade realizada pela professora G. (coordenadora do projeto).

Os alunos demonstravam nervosismo e certa timidez. Suas respostas foram curtas e evasivas. Mostraram-se mais loquazes quando indagamos sobre a questão do preconceito e discriminação. Os alunos disseram que há muitos casos na escola, inclusive uma das alunas se mostrou muito receosa em relação a continuidade de seus estudos, caso não conseguisse mudar para o turno da noite, uma vez que era constantemente xingada pelos colegas de “apagão”. Diante, desses casos eles afirmam que não há uma postura das coordenadoras em coibir esses comportamentos racistas entre os alunos.

Já aconteceu, uma foi [na] semana passada.... que o menino me xingou e eu contei para a coordenadora. Ela perguntou quem foi e eu falei ai ela chamou o guri e disse

que queria mãe dele aqui no outro dia, e a mãe dele só veio aqui e foi embora depois, nada aconteceu

Esta omissão por parte da equipe gestora mostra que não há na escola um trabalho que envolva o coletivo e que contemple a educação das relações étnico-raciais. Aparentemente só alguns professores trabalham temas relacionados a temática racial e, mesmo assim, pelas respostas dos alunos, só esporadicamente.

Após algumas indagações inserimos a pergunta indicada pela coordenação nacional **O que os estudantes gostariam de conhecer sobre a África, por quê?** Os alunos não demonstraram conhecimento mais elaborado sobre a história ou cultura dos países da África.

Através dos relatos percebemos que há uma dissonância entre as falas da equipe escolar, pois alguns professores e coordenadoras afirmam inserir em suas aulas os conteúdos relacionados à educação das relações étnico-raciais, outros professores afirmam que o projeto ficou restrito a sala do professor não repercutindo nas práticas dos docentes.

Verificamos que as práticas pedagógicas relativas à Lei, não envolvem toda a comunidade escolar e não continuaram a ser desenvolvidas na escola em virtude de não ter tido o apoio da coordenação e direção. Quando indagamos aos alunos no grupo de discussão sobre o referido projeto eles disseram nunca ter ouvido falar sobre o mesmo.

Aparentemente alguns professores trabalham a temática racial esporadicamente, dependendo da circunstância em que se faça necessário abordar o assunto. Ressalta-se que as respostas à pesquisa telefônica apresentavam outra realidade, muito mais sedutora do que aquela encontrada pelas pesquisadoras na escola.

Escola Estadual Coronel Antonio Paes de Barros, situada no município de Colíder/MT – região norte do Estado. Esta escola desenvolve um projeto chamado “KIZOMBA ZUMBI DE PALMARES” que tem como suporte a Lei 10.639/03. O objetivo do projeto é de estabelecer relações e redescobrir o belo na diversidade étnico-racial - cultural e social. Tendo como eixo o KIZOMBA os professores elaboram subprojetos para serem desenvolvidos com os alunos e apresentados à comunidade no dia da Nacional da Consciência Negra. Em 2009 ano foram elaborados os seguintes projetos. “Mas nem tudo era Açúcar...”; “Religião”, “Educando pelo Resgate Literário e Cultural Afro-brasileira”, “Resgate da cultura Afro descendente (artesanato)”; “Doenças relacionadas com afrodescendentes, em Mato Grosso”; “Músicas, danças, artes e pinturas”. Esses trabalhos são desenvolvidos com os alunos geralmente nos 3º e 4º bimestres

Esse ano foi instituído no PPP da escola o Projeto Geral da escola “Resgate da cultura Afrodescendente em Mato Grosso” que será desenvolvido nas diferentes áreas do conhecimento. Esse projeto demanda visita as regiões de Quilombos e comunidades remanescentes de Quilombolas, além de materiais para pesquisa e registros, pró - labore para palestrantes e realização de seminários.

Para a realização desse projeto os professores saíram em excursão e foram conhecer os diversos quilombos do Estado e suas histórias. Foram pouquíssimos os alunos que participaram dessa atividade se restringindo a apenas os filhos de professores e funcionários da escola.

Ao entrevistarmos a diretora, que se auto classifica como negra, ela destaca ao papel da Universidade, na formação que teve, como impulsionadora do seu reconhecimento, de sua identidade enquanto negra, bem como entender o papel que é reservado ao negro em nossa sociedade.

[...] Foi quando comecei a fazer universidade que eu vi o caminho certo, na universidade que a gente começou a firmar o que a gente queria de direito. Eu não sofri porque a universidade dava abertura para os negros e eles queriam, no caso, entrar na universidade, eles questionavam, pediam mais eles questionavam muito isso, então ali eu comecei ver os primeiros negros na universidade, na UNEMAT. Então eu comecei firmar ali e tinham os professores que davam apoio. Formadores na universidade, então na filosofia a gente lendo, eu sou uma autodidata, eu não paro de trabalhar então, quando eu comecei a estudar, fazer muitos cursos na psicologia, a psicanálise, fazer muitos cursos na psicologia da educação, também do comportamento humano, daí foi quando eu vi que este preconceito ele destrutura a pessoa, tira a autoestima, ele precisa ser respeitado, porque o preconceito e discriminação gera muita violência, gera violência porque no comportamento, ele é recebido de dentro para fora e dentro dele ele tem que ter este conceito de que ele é gente como todos. Então ele responde com violência, ele responde com violência quando é tratado com preconceito, isso é sentir na pele, e nada melhor do que sentir na pele isso.

Foi através da formação que ela teve na Universidade³ e de curso com a temática que ela e a professora A elaboraram em 1998 o projeto “Kizomba Zumbi de Palmares” e começou a trabalhar em 1999 em suas salas de aula nas disciplinas artes, ensino religioso, filosofia com a questão racial. A diretora destaca que no inicio das atividades enfrentou muitas dificuldades, mesmo antes da

³ Estudou na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que adotou reserva de vagas para estudantes negros em 2004.

implementação da Lei, principalmente em relação aos seus colegas que rejeitavam falar sobre a questão racial e contando apenas com o apoio da professora Ana Bete comunicou na escola o início das atividades com a temática racial e com o sincretismo religioso o que gerou alguns constrangimentos sendo muitas vezes xingada por seus colegas como “*macumbeira*”. Ressalta que o projeto ganhou respaldo com a Lei 10.639/03. É em função desse projeto que a escola consegue agregar a comunidade escolar e comunidade externa, como também informa aos professores da existência da Lei 10.639/03 principalmente os professores interinos.

Ele é um projeto que a gente vem desenvolvendo aqui a tempo, todo ano é feito, e tem aumentado a cada dia o número de participantes, e a gente acredita, eu pelo menos acredito que por ser um problema tão grave e tão natural, a gente vê as coisas aí fora na sociedade através dos meios de comunicação, o que a gente puder fazer para contribuir um pouquinho que seja com isso já seria ótimo, e esse projeto Kizomba aqui por ter também a participação de outros grupos junto com a escola facilita a nossa metodologia de transmissão desconhecimento, porque a gente só faz... a gente procura aprender mais do que ensinar, por isso eu vejo ele como sendo um projeto muito bom, maravilhoso. (PROFESSOR CLEBER CAPELÁRIO)

No tocante aos conteúdos a diretora afirma que os assuntos abordados sobre a temática racial estão presente em todos os projetos dos professores da escola e que todas as atividades são desenvolvidas de forma multidisciplinar.

Tem professor que elege um tema, esse ano mesmo o pessoal dos ciclos do ensino fundamental, a antiga terceira série. A professora Edna, a professora Ilda, eles estão trabalhando a questão dos bairros, e as pessoas que moram aqui junto conosco, eles já pegaram o negro e o índio, aqui nos temos uma oca, foram visitar a oca que eles fizeram aqui perto e eles foram lá, conversaram, ai tem os indiozinhos, e foram nas casas dos índios também com eles, e foram também nos bairros com estas crianças, e vê também tem a outra professora também que trabalha na segunda série a questão da árvore genealógica deles, saber de onde eles vieram pegar a fotografia deste avô, avó, se eram negros... e cada um deles tem para fazer. Ai você tem aqueles tópicos que a maioria veio de raça negra. Poucos que são europeus, e na área da geografia tem uma professora que esta trabalhando com a 4ª série, e ela esta trabalhando a questão do negro em Mato Grosso, estão trabalhando os quilombos de MT, e como eles vivem hoje. Então as perguntas nossas são as seguinte: como eles vieram para cá e como eles estão hoje? Os quilombos de MT, já outros trabalharam na área de historia, geografia, conhecimentos gerais na 4ª série, o trajeto do negro. Já foi um avanço, o trajeto que eles fizeram, trabalharam com os mapas também.

GRUPO DE DISCUSSÃO:

Quando indagamos a respeito dos casos de discriminação que acontecem na escola alguns alunos disseram que isso acontece em momento de tensões, quando um aluno que brigar com o outro ou mesmo como brincadeira. Mas, o aluno A⁴, apelidado de **negrete** pelos colegas, segundo ele por causa da pomada Nuget, para engraxar sapatos, falou da experiência negativa que teve na família, nas ruas, no trabalho, na escola. Mas, que não se submete a essas experiências negativas, pois são elas que o impulsionam a seguir em frente. Embora, no trecho citado a seguir, fique evidente que o tratamento racista e discriminatório produz malefícios às suas vítimas, inclusive adoecimento.

Tem uma pessoa que fala, mas eu deixo assim, saio para o outro lado. Tipo eu tentei ser corredor de corrida e eu comecei a correr e eu estava quase ficando bom e ai deu problema na minha cabeça e eu tive que parar, aí comecei a tomar remédio. Depois fiz um teste em Ponte Preta ai eu fiquei doente de novo e voltou doer a cabeça de novo e ai eu parei, então as pessoas falam pra mim e eu tento não parar. Estou estudando até hoje e eu penso em algum dia ser um treinador ou um corredor, então se alguém fala as coisas assim para mim não tem porque eu abaixar a cabeça se fala alguma coisa aqui eu não ligo, eu tento ser sempre positivo, se a pessoa tenta me rebaixar eu mostro pra ele que se ele está me discriminando eu não ligo e deixo que ele fale.

Após algumas indagações inserimos a pergunta indicada pela coordenação nacional **O que os estudantes gostariam de conhecer sobre a África, por quê?** Os alunos disseram conhecer alguns aspectos sobre a história ou cultura dos países da África. Mas gostariam de saber mais sobre os aspectos culturais, sobre a culinária, vestimentas, gostariam de saber por que os quenianos sempre ganham as corridas em que participam. Alguns disseram querer saber os motivos pelos quais as únicas notícias sobre a África são de situações de miséria e sobre os animais selvagens.

Escola Estadual Rosa Domingas de Jesus, situada na comunidade Quilombola Mutuca, município de Nossa Senhora do Livramento/MT. Para a pesquisa foram utilizados 05 dias período em que estivemos presentes nos dois turnos de oferta de ensino da escola.

Como dito anteriormente a escola está localizada no Quilombo Mutuca – uma das comunidades do Quilombo Mata Cavallo. O território do Quilombo está dividido em seis comunidades: Comunidade Estiva (ourinho); Comunidade Mata Cavallo de Baixo; Comunidade Mata Cavallo do Meio; Comunidade Aguaçu (Passagenzinha); Comunidade Mutuca; Comunidade Mata Cavallo de Cima. A EE Rosa Domingas de Jesus localiza-se na Comunidade Mutuca. A

⁴ Inicial fictícia para proteger o anonimato do aluno.

escola tem o nome da matriarca que deu origem à maioria de famílias que compõem a comunidade Mutuca. Esta tem em seu entorno pequenos sítios familiares; percebe-se que os alunos da escola são bastantes carentes.

As aulas na escola são bastante prejudicadas em decorrência da não regularidade do ônibus escolar para levar as crianças até a escola, isso causa grandes transtornos, chegando os alunos a ficar três ou mais dias seguidos sem aula. O diretor da escola, nos informou que suas reclamações ao setor de transporte da Secretaria Municipal de Educação não surtem efeito. As desculpas são sempre as mesmas que o ônibus teve problemas mecânicos, que há falta de combustível; que existem questões burocráticas entre o Estado e o Município sobre os valores a serem pagos para o transporte escolar, etc., etc..

A escola se insere no contexto de uma comunidade negra, que vem lutando há anos pela posse definitiva da terra. Os conflitos com fazendeiros, posseiros e organizações de Sem Terra, para assegurar o direito a terra são constantes, mesmo tendo o reconhecimento da área pela Fundação Palmares. A comunidade enfrenta muitas dificuldades de acesso às políticas públicas, dentre elas, saúde, saneamento básico, projetos de desenvolvimento e fomento para a agricultura familiar, construção de poços artesianos para as famílias.

Uma das lideranças quilombola nos entregou um documento com alguns dados sobre a realidade das comunidades de Mata Cavalão. Em 2007 foi realizada uma pesquisa pelos próprios quilombolas sobre as condições de vida das pessoas que vivem nas comunidades. Esse levantamento foi realizado em 2007, antes da criação da escola atual. Abaixo seguem algumas dessas informações:

Dados Gerais Populacionais no quilombo:

Total de Famílias: 418 famílias Cadastradas

Total de Pessoas: 936
População Masculina: 475
Menos de 01 ano: 4;
de 01 a 05 anos 24;
de 05 a 10 anos 43;
de 10 a 15 anos: 41;
de 15 a 20 anos: 57;
de 20 a 40 anos: 138;
de 40 a 60 anos: 112;
acima dos 60 anos: 36.
População Feminina: 461
sendo menor de 01 ano: 9;
de 01 a 05 anos: 30;
de 05 a 10 anos 43;
de 10 a 15 anos 49;
de 15 a 20 anos 54;
de 20 a 40 anos 120; de 40 a 60 anos: 119;
acima de 60 anos: 41.

Educação:

Escola em situação precária feita de palha.

Não possui transporte escolar, tem aluno que anda 20 Km por dia pra estudar.

NÚMEROS DE PESSOAS QUE NÃO SABEM LER NEM ESCREVER: 173

Pessoas com o 1º Grau completo: 87
Pessoas com 1º Grau Incompleto: 500
Pessoas com 2º Grau completo: 100
Pessoas com 2º Grau Incompleto: 52
Pessoas com Nível Superior completo: 09
Pessoas com Nível Superior Incompleto: 05

Rendimento por família

Números de famílias que ganham 01 salário mínimo: 106
Famílias que ganham menos que 01 salário mínimo: 177
Famílias que mais que 01 salário mínimo: 32.
Famílias que não informaram: 103

A CHEGADA AO CAMPO DE PESQUISA

Foi excelente a recepção das pesquisadoras pela equipe escolar. Fomos recebidas de maneira tranquila, aberta e sem restrições por todos os membros da escola.

Com relação à diversidade no espaço físico escolar esta é retratada por alguns desenhos referente à escravidão dos negros, produzidas pelos alunos como atividade direcionada pelos professores. Alguns cartazes com presença de pessoas negras no ambiente da sala de informática

(estes apresentam mensagem sobre o valor de ser negro), outros abordam temas referente ao 13 de Maio, fazendo referencia sobre o quilombo. Ainda, imagens de pessoas nos cartazes para identificação dos banheiros, masculino e feminino.

Na entrevista com a coordenadora pedagógica, ela mesma nascida e criada no Quilombo, percebemos que tem um bom conhecimento sobre a questão racial. Segundo ela, procura orientar os professores a incluir em seu planejamentos conteúdos referentes à educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana, principalmente através de organização de estudos internos sobre a temática racial, num aparente esforço para desenvolver uma identidade para educação em consonância a realidade da comunidade negra. Verificamos que a inclusão da Lei 10639/03, está registrado no PPP da escola.

Vejamos alguns trechos da entrevista com a coordenadora pedagógica, que auxilia evidenciar os esforços para tratar as questões raciais, ao ser indagada desde quando a escola trabalha com a referida temática:

Desde o começo a gente começou a se preocupar com esse tipo de trabalho. E esse ano para se focar ainda mais, para a gente capacitar os nossos professores começamos a sala do professor e começamos fazendo material. Os professores já participaram de um curso no ano passado. E, vendo a necessidade de trabalharmos essa questão dentro da escola. O que vimos, através dos vários materiais que estávamos recebendo é que estávamos expulsando nossos alunos da nossa comunidade. É um currículo voltado para a educação da cidade. E a gente estava percebendo isso. Tanto é que os alunos queriam uma escola diferente. Então vimos que os alunos estão gostando da escola rural e querem permanecer na nossa escola, porém com qualidade de vida. Eles querem permanecer dentro do quilombo. A gente vê em várias comunidades que não tem essa preocupação que está esvaziando os quilombos.

Considerando a realidade da escola e o contexto em que ela está inserida, das suas dificuldades e potencialidades e particularmente o interesse na gestão escolar, podemos dizer que a escola está construindo um caminho para a implementação da Lei 10.639 que poderá ser sistematicamente realizado na escola.

Grupo de Discussão com os alunos

Iniciamos a discussão, fazendo a leitura da frase de um cartaz exposto na sala de informática, com o seguintes dizeres: É importante a gente acreditar que é bonito. Por que isso nos faz ter orgulho de nós mesmos. Ser negro é sinônimo de felicidade. Em seguida foi solicitado que todos falassem sobre o que sentiam ao ler o cartaz:

– o que nos mostra é ter orgulho de nossa cor, porque na verdade nós ao invés de valorizar nós, nós tá buscando coisa que nem nos interessa saber de nós mesmos, então o que esse cartaz mostra é nos valorizar nós, nossa cor, a nossa cultura né, a nossa realidade.

– É importante...nós somos, descendente de negros. Só que nós temos orgulho de nossa cor, porque tem muitos que são brancos e falam assim: - “tem gente que tem preconceito de chegar perto de nós”. Nós somos tudo igual né, somos todos descendentes de uma só geração, então não pode ter preconceito dos negros.

No grupo de discussão com os alunos foi possível identificar falas que revelam que os mesmos possuem consciência de sua cor e da discriminação que existe contra os negros na sociedade brasileira. Da presença de negação da origem negra no quilombo em decorrência da inculcação das ideias racistas sobre a inferioridade do negro. Argumentam sobre algumas questões relativas às relações raciais na sociedade brasileira, contudo possuem pouco conhecimento mais elaborado sobre as aprendizagens sobre a África, as contribuições negra na sociedade brasileira. Bem como, sobre as abordagens gerais da questão negra trata na escola, conforme apontam os professores. É possível que isso decorra, pela pouca abordagem com profundidade e em todas as áreas de conhecimento sobre as africanidades.

O foco principal do interesse dos alunos sobre o que desejam saber sobre a África limitou-se, salvo algumas exceções, sobre as formas de sobrevivências dos africanos na atualidade, sobre a miséria, que são veiculadas a respeito da África, as formas de moradia dentre outras.

No entanto, quando a pesquisadora explica que a África é o berço da humanidade e menciona que esta e outras informações estão no livro adotado pela escola. Mesmo não mencionando ter vivenciado alguma atividade na escola que trouxesse essa discussão, os alunos gostam de saber a importância do continente africano para todos os demais continentes.

Ah! Eu acho bom [a informação dada pela pesquisadora], porque a gente passa a conhecer mais sobre a história da África, que nem eu mesma não conhecia isso aí, sobre a história da África.

Eu também não... eu também não sabia que existia esses grupos, que sobrou só um grupo que passou a ser todos nós.

Minha avó sempre contava, sempre contava que quando ela nasceu, que foi terminada a guerra, não sei se foi começada a guerra do Brasil e do Paraguai ou se foi terminada. Que ela também é descendente de escravo, que a mãe dela [da avó] escondeu ela num buraco para não morrer, então ela conta muitas histórias do negro, que foi muito

antigo mesmo sobre bisavó, tataravô, então mais ou menos assim sobre o negócio dos negros, assim que eu conto o que eu conheço.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PERSPECTIVA DA LEI 10.639/03

Em relação a essa questão, de maneira geral podem ser destacados alguns aspectos coletados na observação e entrevistas: as atividades pedagógicas voltadas para a implementação da Lei 10.639, são desenvolvidas de forma mais sistemática pela professora de história, através de conteúdos como história do negro, conforme registro em seu plano de aula. Não existe um projeto da escola para tratar as questões relativas a educação das relações étnico-raciais, entretanto existe uma orientação geral aos professores para que todos abordem conteúdos referentes a Lei 10639 e suas diretrizes.

Outras atividades como trabalhos de penteados afros, desfile de beleza negra, trabalhos artísticos como pinturas e outros realizados pela escola, na perspectiva da valorização negra e afirmação identitária dos alunos quilombolas, é possível que estejam contribuindo com os alunos para o enfrentamento da discriminação e afirmação da identidade negra. Segundo a coordenadora essas atividades expressam muito o aprendizado dos alunos sobre a questão racial:

...quando a gente só fala, parece que não tem resultado. Mas quando você vai para a prática, você vê o envolvimento dos alunos, na questão do penteado, na questão da pintura. Quando eles decidem participar é porque realmente eles estão conscientes disso porque se fosse só o escrito, o estudo para pôr notas, a gente não veria tanto sucesso. Porque na verdade eles internalizaram isso para eles.(GONÇALINA EVA).

Ao considerarmos os tipos de atividades pedagógicas ilustradas nas paredes em uma das salas de aula das fases iniciais da educação básica, verificou-se ainda uma abordagem tradicional do 13 de maio, em apresenta um desenho mimeografado caracterizando um negro escravo com as correntes arrebitadas, simbolizando a Abolição. Mas, podem-se verificar outras abordagens, através de cartaz, fazendo exaltação ao quilombo. Nas entrevistas com os professores foram feito referencia de abordagem a respeito de atividade relativa a educação das relações étnico raciais, como discriminação, valorização da estética negra.

Outras atividades pedagógicas estão mais voltadas para as que consistem no livro didático específico para educação quilombola, com abordagem sobre história e cultura negra, inclusive sobre aspectos da história dos quilombos em Mato Grosso. No entanto, o livro só começou a ser incluso no período em chegamos a escola. A justificativa foi que houve atraso na entrega do material a escola.

Durante a pesquisa na EE Rosa Domingas foi possível perceber o empenho dos professores em realizar práticas pedagógicas na perspectiva da lei 10.639. Como os depoimentos dos alunos demonstram, existe uma base social (da história oral da comunidade transmitida pelos mais idosos) que dá condições para que os conteúdos da lei se enraízem na comunidade. Certamente o tempo se encarregará de consolidar o trabalho pedagógico, ainda no começo, mas já muito promissor.

Retomamos aqui as questões apresentadas no título deste artigo, elementos que facilitam ou dificultam a implantação da lei 10.639/03. A disponibilidade profissional e ética das equipes pedagógicas e o compromisso com a promoção da igualdade racial são aspectos fundamentais do trabalho que tem como horizonte a implementação da lei 10.639/03. Acreditamos que esse compromisso das equipes pedagógicas vai par e passo com a disponibilidade da comunidade em torno da escola. Isto, pelo menos, é o que encontramos na EE Rosa Domingas, uma comunidade negra cônica de seu valor, consciência construída nas lutas pela preservação de seu território. Por outra perspectiva, como parece ser o caso da EE Antonio Paes de Barros, a escola como que legítima, através das práticas pedagógicas, projetos, etc., e valoriza a identidade negra. Muito pelo contrário, a falta de compromisso e disposição ética como educadores, impossibilita ou pelo menos freia a possibilidade de tratamento igualitário dos alunos, independentemente de sua cor/raça.

Recebido em: 26/11/2013
Aceito em: 26/11/2013